

PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ: 22.142.291/0001-95
Relatório da Administração

Em atendimento às disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Administração da PagSeguro Biva Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, sociedade integralmente controlada pelo PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A., submete à apreciação dos acionistas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia tem como objeto social a aquisição e securitização de créditos financeiros, a emissão e colocação privada ou nos mercados financeiro e de capitais de títulos de crédito e valores mobiliários compatíveis com suas atividades, bem como a realização de operações e a prestação de serviços relacionados à securitização de créditos financeiros. As suas atividades estão inseridas na estratégia do Grupo PagSeguro de gestão e estruturação de ativos financeiros, observadas as regulamentações e práticas aplicáveis ao setor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do exercício. Durante o exercício de 2025, a Companhia manteve suas operações de securitização de direitos creditórios e a gestão dos ativos vinculados às

emissões realizadas, observando critérios prudenciais de acompanhamento dos ativos e das obrigações assumidas. As operações estruturadas pela Companhia permaneceram alinhadas ao seu objeto social e às diretrizes estabelecidas pelo Grupo PagSeguro.

São Paulo, 02 de julho de 2026.
Gustavo Bahia Gama Sechin - Diretor Financeiro,
Wilson Gomes de Lima - Contador - CRC: 1SP212238/O-0.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	2025	2024		
Ativo			Passivo e patrimônio líquido	
Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3	497.219	Fornecedores	106
Securitização de operações de crédito	4	604.979	Contas a pagar de partes relacionadas	5
Contas a receber de partes relacionadas	5	28.620	Debêntures com partes relacionadas	5
Impostos a Recuperar	6	1.823	Impostos e contribuições	
Outros ativos		640	Provisão para contingências	
Total do ativo circulante	1.133.280	1.228.531	Dividendos a pagar	
Não circulante			Total do passivo circulante	
Securitização de operações de crédito	4	18.471	Passivo não circulante	
Contas a receber de partes relacionadas	5	15.800	Debêntures com partes relacionadas	5
Impostos a Recuperar	6	11.536	Total do passivo não circulante	
Imposto de renda diferido	7	29	Patrimônio líquido	
Intangível		255	Capital social	
Total do ativo não circulante		46.091	Reserva de lucros	8
Total do ativo	1.179.372	1.260.871	Total do patrimônio líquido	8
			Total do passivo e patrimônio líquido	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros	
			Resultados acumulados	Resultado do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2023		-	44.474	-
Lucro líquido do exercício	8	-	-	41.606
Dividendos obrigatórios	8	-	-	(416)
Transferência para resultados acumulados	8	-	41.190	(41.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		-	85.664	-
Lucro líquido do exercício	8	-	-	62.791
Dividendos obrigatórios	8	-	-	(628)
Transferência para resultados acumulados	8	-	62.163	(62.163)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		-	147.827	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Empresa: A PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia" ou "BIVA") é uma sociedade anônima com sede no município de São Paulo - SP, Brasil, cujo objeto social é (i) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (ii) a emissão e colocação privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos. Em outubro de 2017, o Pagseguro Internet S.A. ("PagSeguro") adquiriu o controle de 51,41% da BIVACO Holding S.A. ("BIVACO"). Em novembro de 2017, janeiro, março e abril de 2018 e abril de 2019 adquiriu participação acionária adicional de 7,89%, 15,1%, 0,5%, 2,4% e 22,65% respectivamente, passando a deter uma participação total de 100% da BIVACO, a qual era a controladora da BIVA. A partir de novembro de 2020, a Companhia passou a ser controlada diretamente pelo Pagseguro, que incorporou 100% da participação acionária da BIVA que anteriormente pertencia a BIVACO. A partir de novembro de 2018, foram emitidas séries de debêntures com o PagSeguro. Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CCBs para cessão de créditos conforme detalhado na nota explicativa 5. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Empresa em 02 de julho de 2026.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico e expressas em reais, sendo essa a sua moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. 2.2. Ativos financeiros: 2.2.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não classifica nenhum ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. 2.2.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. 2.2.3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo pelo custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado não são derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado da Companhia compreendem os saldos de "equivalentes de caixas", "Securitização de operações de crédito", "outros ativos" e "contas a receber de partes relacionadas". 2.2.4. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.2.5. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que os ativos financeiros estão deteriorados. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não mantidos pelo valor justo por meio do resultado. As ECLs são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais. As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência que são possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, uma provisão para perdas é necessária para perdas de crédito esperadas ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma ECL vitalícia). O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. 2.3. Securitização de operações de crédito: As Securitizações de operações de crédito são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. 2.4. Ativos intangíveis: O ativo intangível é composto por licenças de softwares que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares, que são de cinco anos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no seu desenvolvimento. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. 2.5. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos

negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.6. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva atual como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e a quantidade pode ser estimada de forma confiável. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, devido a um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um bem separado, mas somente quando o reembolso é praticamente certo. As despesas associadas a quaisquer provisões são apresentadas na demonstração do resultado, líquidas de quaisquer reembolsos. 2.7. Reconhecimento da receita: As receitas são representadas substancialmente por securitização de carteiras de empréstimos e recebíveis de cartão de crédito, por meio de cédulas de créditos bancários ("CCBs") remuneradas a juros prefixados, sendo tais juros reconhecidos como receita para a Companhia. 2.8. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida com base no estatuto social da Companhia, que prevê que, no mínimo, 1% e no máximo 50% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente: O resultado de imposto de renda e contribuição social do período compreendem ao imposto corrente, sendo reconhecidas na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados. Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos. 2.10. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, as ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido, sendo 100 ações ao preço de R\$1 cada. 2.11. Novas normas contábeis adotadas em 2025: As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 são consistentes com aquelas adotadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pelas alterações requeridas pelos pronunciamentos, interpretações e normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. - Emenda à IAS 21 "Lack of Exchangeability": emitida em agosto de 2023, com o objetivo de esclarecer como as entidades devem determinar se uma moeda é conversível em outra, e qual taxa de câmbio à vista deve ser utilizada quando não houver conversibilidade. As emendas à IAS 21 são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2025. A implementação não teve impactos nas demonstrações financeiras. - Regras do Pilar Dois da OCDE – Em maio de 2023, o IASB realizou alterações de escopo reduzido na IAS 12, que concedem um alívio temporário da exigência de reconhecer e divulgar impostos diferidos decorrentes de legislação tributária promulgada ou substancialmente promulgada que implemente as regras do Pilar Dois, incluindo legislação que estabeleça o imposto complementar mínimo doméstico qualificado. O Grupo não possui transações significativas em suas subsidiárias localizadas fora do Brasil, e a avaliação da administração sobre a taxa efetiva de imposto do grupo não identificou impactos materiais nas demonstrações financeiras. 2.12. Novas normas contábeis que ainda não entraram em vigor: - Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: emitida em maio de 2024, com o objetivo de: • esclarecer os requisitos sobre o momento do reconhecimento e baixa de determinados ativos e passivos financeiros, incluindo uma nova exceção para alguns passivos liquidados por meio de sistemas eletrônicos de transferência de valores; • esclarecer e adicionar orientações adicionais sobre como avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de recebimentos exclusivamente de principal e juros (SPPI); • adicionar novas divulgações para determinados instrumentos com cláusulas contratuais que podem alterar fluxos de caixa (como instrumentos com características vinculadas a metas ambientais, sociais e de governança - ESG); • atualizar as divulgações relacionadas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). As alterações às IFRS 9 e IFRS 7 são eficazes a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não identificou impactos materiais nas demonstrações financeiras. - Melhorias anuais às IFRS – Volume 1: emitidas em julho de 2024, com o objetivo de: • As melhorias anuais limitam se a alterações que esclarecem a redação de uma norma contábil ou corrigem consequências não intencionais, omissões ou conflitos menores entre requisitos das normas. • As melhorias anuais às IFRS são eficazes a partir de 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida. A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras. - Alteração à IFRS 18 "Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras": • A IFRS 18 substituirá a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar comparabilidade no desempenho financeiro entre entidades semelhantes e a fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração dos itens das demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam amplos, especialmente aqueles relacionados à demonstração de desempenho financeiro e à inclusão de medidas de desempenho definidas pela administração. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma em sua demonstração financeira. Com base na avaliação preliminar de alto nível realizada, foram identificados os seguintes potenciais impactos: • Embora a adoção da IFRS 18 não tenha impacto sobre o lucro líquido do grupo, espera-se que a reclassificação de itens de receitas e despesas em novas categorias da demonstração do resultado impacte a forma como o lucro operacional é calculado e apresentado. Com base na avaliação preliminar realizada, os seguintes itens podem impactar o lucro operacional: • Diferenças cambiais atualmente agregadas na linha "outras receitas e outros ganhos/perdas" – líquido dentro do lucro operacional poderão precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	2025	2024		
Receita líquida dos serviços prestados	9	237.596	127.592	
Custo dos serviços prestados	10	(239.617)	(149.286)	
Resultado bruto		(2.021)	(21.694)	
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	10	(3.610)	(1.700)	
Outras despesas		(128)	(195)	
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(5.759)	(23.589)	
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	3	99.520	85.691	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		93.761	62.102	
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(30.961)	(20.497)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(9)	1	
Lucro líquido do exercício		62.791	41.606	
Quantidade de ações		100	100	
Lucro por ação – R\$		628	416	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	2025	2024		
Lucro líquido do exercício	62.791	41.606		
Total do resultado abrangente no exercício	62.791	41.606		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. cambiais sendo apresentados abaixo do lucro operacional; • IFRS 18 possui requisitos específicos sobre a categoria em que ganhos ou perdas de derivativos devem ser reconhecidos — que deve ser a mesma categoria das receitas e despesas afetadas pelo risco que o derivativo busca gerenciar. Embora o grupo atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros em custos financeiros, poderá haver alteração na forma de apresentação, e o grupo está avaliando essa necessidade. As linhas apresentadas nas demonstrações financeiras primárias podem mudar em decorrência da aplicação do conceito de "resumo estruturado útil" e dos princípios aprimorados de agregação e desagregação. Além disso, como o ágio será exigido como apresentação separada no balanço patrimonial, o grupo irá desagregar ágio e outros ativos intangíveis e apresentá-los separadamente no balanço. • O Grupo não espera mudanças significativas nas informações atualmente divulgadas nas notas explicativas, pois o requisito de divulgação de informações relevantes permanece inalterado; entretanto, a forma de agrupamento dessas informações poderá mudar em função dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações obrigatórias significativas para: • medidas de desempenho definidas pela administração; • um detalhamento da natureza das despesas para linhas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado - esse detalhamento será exigido apenas para determinadas naturezas de despesa; e • no primeiro período anual de aplicação da IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração do resultado entre os valores reapresentados conforme a IFRS 18 e os valores anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1. • Na demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças na forma de apresentação de juros recebidos e pagos. Juros pagos passarão a ser apresentados como fluxos de caixa de financiamento, e juros recebidos como fluxos de caixa de investimento - o que representa uma mudança em relação à apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais. A Companhia aplicará a nova norma a partir de sua data de vigência obrigatória, em 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é obrigatória, de modo que as informações comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com a IFRS 18.

	2025	2024
Caixa em conta corrente	1.478	960
Aplicação financeira (a)	495.741	893.307
	497.219	894.267

(a) O saldo refere-se às aplicações financeiras realizadas com o BancoSeguro no montante de R\$495.741 em dezembro de 2025 (R\$893.307 em dezembro de 2024).

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros.

5. Partes relacionadas: Saldos e transações com partes relacionadas:

	2025	2024
	Contas a receber	Contas a pagar
PagSeguro (a)	-	214
Digital Services UOL S.A.(b)	25.902	-
BancoSeguro (c)	18.518	-
	44.420	214
Circulante	28.620	214
Não circulante	15.800	-

	2025	2024
	Receita	Despesa
PagSeguro (a)	-	218.127
Digital Services UOL S.A.(b)	3.818	-
BancoSeguro (d)	104.375	52
	108.193	218.179

(a) As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados, e não são conversíveis em ações da Companhia. As debêntures não foram registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As transferências de titularidade das Debêntures foram realizadas por meio de operações privadas, as quais foram registradas junto ao escriturador.

(b) O saldo se refere ao empréstimo realizado para a Digital Services, com uma taxa de juros de 100% do CDI mais 2,5% ao ano.

(c) O saldo se refere aos valores de CCB rotativo a serem recebidos do BancoSeguro.

(d) O saldo se refere as receitas de receitas financeiras provenientes das aplicações realizadas no BancoSeguro, conforme a nota 3.

	2025	2024
	Contas a receber	Contas a pagar
PagSeguro (a)	-	321
Digital Services UOL S.A.(b)	25.902	-
BancoSeguro (c)	18.518	-
	44.420	321
Circulante	28.620	321
Não circulante	15.800	-

	2025	2024
	Receita	Despesa
PagSeguro (a)	-	218.127
Digital Services UOL S.A.(b)	3.818	-
BancoSeguro (d)	104.375	52
	108.193	218.179

(a) As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados, e não são conversíveis em ações da Companhia. As debêntures não foram registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As transferências de titularidade das Debêntures foram realizadas por meio de operações privadas, as quais foram registradas junto ao escriturador.

(b) O saldo se refere ao empréstimo realizado para a Digital Services, com uma taxa de juros de 100% do CDI mais 2,5% ao ano.

(c) O saldo se refere aos valores de CCB rotativo a serem recebidos do BancoSeguro.

(d) O saldo se refere as receitas de receitas financeiras provenientes das aplicações realizadas no BancoSeguro, conforme a nota 3.

	2025	2024
	Contas a receber	Contas a pagar
PagSeguro (a)	-	321
Digital Services UOL S.A.(b)	25.902	-
BancoSeguro (c)	18.518	-
	44.420	321
Circulante	28.620	321
Não circulante	15.800	-

	2025	2024
	Receita	Despesa
PagSeguro (a)	-	218.127
Digital Services UOL S.A.(b)	3.818	-
BancoSeguro (d)	104.375	52
	108.193	218.179

(a) As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados, e não são conversíveis em ações da Companhia. As debêntures não foram registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As transferências de titularidade das Debêntures foram realizadas por meio de operações privadas, as quais foram registradas junto ao escriturador.

(b) O saldo se refere ao empréstimo realizado para a Digital Services, com uma taxa de juros de 100% do CDI mais 2,5% ao ano.

(c) O saldo se refere aos valores de CCB rotativo a serem recebidos do BancoSeguro.

(d) O saldo se refere as receitas de receitas financeiras provenientes das aplicações realizadas no BancoSeguro, conforme a nota 3.

	2025	2024
	Contas a receber	Contas a pagar
PagSeguro (a)	-	321
Digital Services UOL S.A.(b)	25.902	-
BancoSeguro (c)	18.518	-
	44.420	321
Circulante	28.620	321
Não circulante	15.800	-

	2025	2024
	Receita	Despesa
PagSeguro (a)	-	218.127
Digital Services UOL S.A.(b)	3.818	-
BancoSeguro (d)	104.375	52
	108.193	218.179

(a) As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados, e não são conversíveis em ações da Companhia. As debêntures não foram registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As transferências de titularidade das Debêntures foram realizadas por meio de operações privadas, as quais foram registradas junto ao escriturador.

(b) O saldo se refere ao empréstimo realizado para a Digital Services, com uma taxa de juros de 100% do CDI mais 2,5% ao ano.

(c) O saldo se refere aos valores de CCB rotativo a serem recebidos do BancoSeguro.

(d) O saldo se refere as receitas de receitas financeiras provenientes das aplicações realizadas no BancoSeguro, conforme a nota 3.

	2025	2024
	Contas a receber	Contas a pagar
PagSeguro (a)	-	321
Digital Services UOL S.A.(b)	25.902	-
BancoSeguro (c)	18.518	-
	44.420	321
Circulante	28.620	321
Não circulante	15.800	-

	2025	2024
	Receita	Despesa
PagSeguro (a)	-	218.127
Digital Services UOL S.A.(b)	3.818	-
BancoSeguro (d)	104.375	52
	108.193	218.179

(a) As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados, e não são conversíveis em ações da Companhia. As debêntures não foram registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As transferências de titularidade das Debêntures foram realizadas por meio de operações privadas, as quais foram registradas junto ao escriturador.

(b) O saldo se refere ao empréstimo realizado para a Digital Services, com uma taxa de juros de 100% do CDI mais 2,5% ao ano.

(c) O saldo se refere aos valores de CCB rotativo a serem recebidos do BancoSeguro.

(d) O saldo se refere as receitas de receitas financeiras provenientes das aplicações realizadas no BancoSeguro, conforme a nota 3.

	2025	2024
	Contas a receber	Contas a pagar
PagSeguro (a)	-	321
Digital Services UOL S.A.(b)	25.902	-
BancoSeguro (c)	18.518	-
	44.420	321
Circulante	28.620	321
Não circulante	15.800	-

	2025	2024
	Receita	Despesa
PagSeguro (a)	-	218.12

...continuação

PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ: 22.142.291/0001-95

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	497.219	-	-	894.267	-
Securitização operações de crédito	-	623.450	-	-	324.869	-
Contas a receber partes relacionadas (i)	-	44.420	-	-	40.969	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	106	-	-	106	-
Contas a pagar de partes relacionadas	-	214	-	-	321	-
Debêntures com partes relacionadas (*)	-	1.029.602	-	-	1.172.791	-
A Diretoria				Wilson Gomes de Lima - Contador - CRC: 1SP212238/O-0		

(i) Operações de securitização de operações de crédito vinculadas as Debêntures (vide nota 4)

A BIVA acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos, o que leva em consideração o repasse do risco de crédito aos detentores das debêntures.

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de Demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos

que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com

base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. PagSeguro BIVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de julho de 2026

pwc PricewaterhouseCoopers Marcelo Luis Teixeira Santos
Auditores Independentes Ltda. Contador
CRC 2SP000160/O-5 CRC 1PRO50377/O-6

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA SA:60579703000148 em 12/08/2026 12:09:45 com o número de série B99E850A66842EE0ED3671F8.